

OS SERVIÇOS E AS FONTES DE FINANCIAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: ASSOCIAÇÃO CULTURAL PISADA DO SERTÃO NACIDADE POÇO JOSÉ DE MOURA-PB

Revelino Cardoso dos Santos
Diretoria Regional de Educação - Pontes e Lacerda/MT
cardoso.revelino@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/4300882297097827>

Venâncio Dantas Queiroz
FASP – Faculdade São Francisco Paraíba
venan@hotmail.com

O objetivo da pesquisa foi analisar os serviços e as fontes de financiamento da Associação Cultural Pisada do Sertão. Entrevistamos a diretora da instituição. Para coleta de dados utilizamos roteiro semiestruturado, contendo indicadores plausíveis com o objeto de estudo. Caracteriza-se quanto à natureza dos dados como qualitativa; quanto aos objetivos como exploratória e descritiva e quanto aos procedimentos pesquisa de campo. Os serviços prestados as crianças, adolescentes e jovens melhoram a vida de seus usuários, principalmente os de baixa renda, através da inclusão social. De acordo com a entrevistada, as ações e os projetos da associação são financiados somente pelo Criança Esperança, Fundação Itaú Social e doação de pessoas físicas, embora já tiveram patrocínio da Petrobras. Entendemos, então que não há dependência de recursos governamentais pela organização. De acordo com a Associação Brasileira de Organizações do Terceiro Setor, o Estado contribui para o financiamento das organizações não governamentais, mas os recursos não são significativos para manter o funcionamento dessas instituições. As organizações buscam diversas fontes de recursos para manter suas atividades, isso ficou claro na situação da Associação Cultural Pisada do Sertão.

Palavras-chave: Organizações da Sociedade Civil. Fontes de Financiamento. Reforma do Estado.

THE SERVICES AND SOURCES OF FUNDING OF THE CIVIL SOCIETY ORGANIZATION: CULTURAL ASSOCIATION PISADA DO SERTÃO IN THE CITY OF POÇO JOSÉ DE MOURA, PB

The objective of the research was to analyze the services and the sources of financing of the Cultural Association. We interviewed the director of the institution. For data collection we used a semi-structured script, containing plausible indicators with the object of study. It is characterized as the nature of the data as qualitative; the exploratory and descriptive objectives and the field research procedures. The services provided to children, adolescents and young people improve the lives of their users, especially those of low income, through social inclusion. According to the interviewee, the actions and projects of the association are financed only by Criança Esperança, Fundação Itaú Social and donation of individuals, although they have already had a share of Petrobras. We understand, then, that there is no dependence of governmental resources on the organization. According to the Brazilian Association of Third Sector Organizations, the State contributes to the financing of non-governmental organizations, but the resources are not significant to maintain the functioning of these institutions. The organizations look for several sources of resources to maintain their activities, this was clear in the situation of the Cultural Association.

Keywords: Civil Society Organizations. Financing source. Reform of the State.

1 INTRODUÇÃO

Para alguns especialistas como: Tachiazawa (2015) e Manzione (2014) há três setores na sociedade, sendo o primeiro o Estado, o segundo as empresas privadas e o terceiro: as associações, institutos privados sem fins lucrativos, fundações privadas sem fins lucrativos, entidades de classe, dentre outras instituições privadas que não visam lucro que atuam na área social. Enquanto, as empresas visam lucros, as organizações não governamentais, não almejam lucros. Porém, o bem estar da sociedade civil, do público atendido por elas. Em síntese, são consideradas organizações privadas, mas com fim coletivo.

As organizações da sociedade civil (OSC) desempenham um importante papel social e político na sociedade, assistindo segmentos da população carente, nos mais diversos aspectos da necessidade humana, O terceiro setor, segundo Santos (2008) busca preencher as lacunas da sociedade, onde o governo, não alcança e ao mercado não interessa.

Essas organizações têm recursos escassos, necessitam de fazer gestão eficiente. Muitas vezes são financiadas com recursos de terceiros, através de doações, convênios e parcerias. Tais recursos devem ser bem geridos, e apresentados pela contabilidade, nas demonstrações contábeis, para dar segurança aos seus parceiros, doadores e ao governo de que os recursos estão sendo aplicados no fim a que se destinaram, além de possibilitar o aumento na captação de recursos.

A gestão eficiente das organizações do terceiro setor serve para fortalecer suas estratégias sociais alinhando a sua missão, visão e objetivos, no longo prazo, focado na continuidade das organizações e não deixando que se desviem de seus objetivos. A expansão do terceiro setor é visível pela sociedade, devido suas ações de impacto social nas áreas de educação, saúde, direitos humanos, meio ambientes, entre outros.

As organizações da sociedade civil estão envolvidas na busca dos interesses coletivos, na construção do sistema político, enfim, no modo como as pessoas podem influenciar a direção da sociedade através da participação na esfera pública.

No Brasil há duas categorias de organizações da sociedade civil em relação às fontes de financiamento, as que atuam sem receber nenhum tipo de recursos estatais. E as que recebem algum tipo de recurso estatal (federal, estadual ou municipal) e

também de outras fontes. Dentre essas, os recursos governamentais, tem importância diferenciada para as receptivas organizações. Portanto, não são significativos, isto com base nas publicações da Associação Brasileira das Organizações não Governamentais (ABONG). Partindo desse contexto, fundamentamos o problema de pesquisa em verificar: Quais são as fontes de financiamentos da Associação Cultural Pisada do Sertão?

No que se refere aos objetivos da pesquisa – geral: consiste em analisar os serviços e as fontes de financiamento da Associação Cultural Pisada do Sertão. Os específicos são: descrever a caracterização das organizações da sociedade civil; analisar a reforma do Estado no Brasil; conhecer os serviços ofertados pela Associação Cultural Pisada do Sertão e Identificar os principais financiadores da Associação Cultural Pisada do Sertão.

Os interesses pela atuação das organizações da sociedade civil veem crescendo, devido a sua participação na gestão das políticas públicas, que são de grande importância no trato das questões que envolvem o meio ambiente, a miséria, saúde, educação, direitos humanos, direitos da minoria, causas indígenas, crianças e os adolescentes, entre outras questões fundamentais para a sociedade. O debate acerca das organizações da sociedade civil tem aumentado exponencialmente, por vários fatores, nas diversas áreas do conhecimento. Isso enriquece a literatura sobre a temática e incentiva novas pesquisas em várias áreas do conhecimento.

Qualquer análise a respeito das organizações da sociedade civil, exige do pesquisador uma compreensão de fatores mais amplos, que compõe a agenda dos debates contemporâneos, nas diversas áreas do conhecimento. Dentre eles destaca-se: a Reforma do Estado Brasileiro e fontes de financiamento das Organizações da Sociedade Civil.

No que se refere a Reforma do Estado Brasileiro -- a crise fiscal do Estado está relacionada à desaceleração do crescimento econômico, com isso a despesa do Estado tornou-se maior que a receita. Visto que nos anos dourados do capitalismo (1930-1970), o Estado era o protagonista na promoção do desenvolvimento econômico. Após, o governo Collor de Melo, o Estado brasileiro começa a enxugar os gastos, principalmente nas políticas públicas: saúde, educação e habitação. Mas, a reforma do Estado no Brasil tem seu expoente no governo Fernando Henrique

Cardoso, conforme as diretrizes do Plano Diretor da Reforma do Estado, do Ministério da Administração em 1998.

De acordo com Yamamoto (2006) o Plano Diretor parte do suposto de que o Estado, os governos anteriores, desviou-se das funções básicas ao ampliar sua presença no setor produtivo, colocando em evidência o modelo econômico vigente. Com isso, os governos relatam que a crise é do Estado, e não do mercado, tal como foi a crise de 1929/30, o que se fez necessário uma reforma do Estado.

Para Bresser Pereira (1998) a crise do Estado se expressa na deterioração dos serviços públicos, desemprego, no agravamento da crise fiscal e inflação sem controle. O que demonstra, na visão governamental, o esgotamento da estratégia estatizante e a necessidade de ultrapassar de um estilo de administração pública a favor de um modelo gerencial. O modelo gerencial tem como base a confiança, descentralização da confiança, formas flexíveis de gestão, horizontalização de estruturas, incentivos à criatividade, voltados para a figura do cidadão cliente, sendo cliente, compra as políticas públicas, paga pelos serviços sociais, não mais o Estado deve ser o responsável direto, executar das políticas públicas, para se tornar o promotor e regulador desse desenvolvimento transferindo para as organizações sociais a execução dos serviços sociais.

A partir da segunda metade da década de 1980 a crise do Estado fica mais visível. O governo federal justifica as causas da falência do Estado brasileiro, atribuindo o problema a crise fiscal, destacando que a administração pública gasta mais do que arrecada, gerando um saldo negativo. Outras justificativas são apresentadas, conforme destaca Bresser Pereira (1998) o excesso de atuação do Estado na economia deve ser substituído pela lógica do mercado; algumas funções do Estado devem ser transferidas para as organizações públicas não governamentais, que fazem parte do terceiro setor; a gestão pública está pressa diante das leis, dos procedimentos rígidos que devem ser flexibilizados.

Para viabilizar a redução das funções do Estado o governo federal dividiu estrategicamente sua ação em quatro setores, sendo que apenas os dois primeiros ficaram sob a responsabilidade direta do Estado. A seguir, apresentaremos a ideia central desse segmento, conforme o Plano Diretor do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado ou Plano Diretor do MARE (1988):

1 – Núcleo Estratégico ou Burocrático do Estado – é o lugar privilegiado do exercício do poder do Estado. Prepara, define, faz cumprir as leis, bem como estabelece as relações diplomáticas com outros Estados e garante a defesa do território nacional. Formula e regula a aplicação das políticas públicas. É composto dos núcleos centrais dos ministérios e secretarias estaduais e municipais; dos legislativos; dos judiciários; da diplomacia; das forças armadas e do núcleo central do fisco. Este setor é o único que fica sobre o controle absoluto do Estado.

2 – Setor de Atividades Exclusivas ou Monopolista do Estado – segmento no qual predominam atividades que, pela natureza, não podem ser delegadas a instituições não estatais. Este setor continua sob o comando do Estado, pelo fato de suas atividades não serem lucrativas. Entre elas estão a previdência social básica, a tributação, a fiscalização o fomento (incentivos) e a segurança pública.

3 – Setor de Serviços não lucrativos do Estado – segmento em que as atividades não necessariamente, devem ser executadas pelo Estado, podem ser transferidas. Por exemplo, serviços de: cultura, saúde, educação, pesquisa, ciência, tecnologia e meio ambiente. Outros. Na verdade, na proposta da Reforma, o intuito foi transferir para o mercado e para o terceiro setor a execução desses serviços, ficando o Estado somente a função de monitorar.

4 – Setor de Produção de bens e Serviços para o mercado – área de empresas estatais ou mista que atuam no setor produtivo especialmente em infraestrutura e no mercado financeiro. Para o governo essas funções estatais devem ser integralmente transferidas para a iniciativa privada, mediante o processo primário de venda das empresas. O Estado brasileiro se transforma em Neoliberal, cuja essência, é não ser mais produtor de bens e serviços, transfere para o mercado, via privatizações. Passa a ser regulador, fiscalizador dos serviços que outrora produzia.

Já no que diz respeito à redução dos problemas sociais as organizações da sociedade civil tornaram parceiras do Estado brasileiro, visto que hoje estão envolvidas no planejamento e na execução das políticas públicas.

Em relação as fontes de Financiamento das Organizações da Sociedade Civil -- as organizações da sociedade civil desenvolveram com o apoio da cooperação internacional. Agências privadas de desenvolvimento, muitas ligadas às igrejas dos países da Europa Ocidental e América do Norte, apoiaram, desde os anos de 1970,

projetos de educação popular, defesa de direitos e melhoria da qualidade de vida comunitária, entre outros.

De acordo com Santos (2008) na década de 1990 este padrão de financiamento entrou em crise, devido um conjunto de fatores: explosão do número de organizações brasileiras e ampliação de seus orçamentos, realocação de recursos das agências europeias para a Europa do Leste, prioridade crescente atribuída à África, aumento do desemprego e das carências sociais no interior das sociedades europeias, certo desencanto com a persistência da pobreza e da desigualdade no Brasil.

Ainda de acordo com Santos a instabilidade institucional gerada por esta crise nos padrões tradicionais de financiamento de seus projetos obrigou as organizações da sociedade civil a um esforço determinado de diversificação de fontes de financiamento, ampliando o esforço interno de captação de recursos. Esta opção coloca o desafio de um novo relacionamento com o Estado e com o setor privado empresarial. Aos poucos as OSC foram incluindo em sua pauta de trabalho a preocupação com seu fortalecimento institucional e com a construção das condições de sua sustentabilidade em longo prazo.

Em virtude do caráter público de suas propostas, as OSC recebem financiamentos de várias fontes e de diversas formas: convênios, auxílios, agências financiadoras e outras organizações não governamentais nacionais e internacionais, recursos governamentais, recursos próprios gerados por suas atividades, doações de indivíduos ou empresas, prêmios, campanhas, eventos, entre outros.

De acordo com Estrada (2015) há dois problemas, no caso dos financiamentos das ONGs, no Brasil. Primeiro, encontrar fontes de financiamento, seja de dinheiro público ou privado. De acordo com a autora o número de organizações cresce exponencialmente, mas a demanda pelos seus serviços aumenta em proporção maior, por causa da expansão da pobreza no país. Isso gera concorrência entre as OSC para captar verbas e escassez de recursos. O outro problema consiste na dependência que muitas ONGs têm de seus financiadores, em muitos casos, essas organizações são obrigadas a mudar suas políticas a pedido dos seus financiadores.

Algumas OSC têm buscado formas inovadoras de captação de recursos via comercialização de produtos e serviços, parcerias com administradoras de cartões de crédito para emissão de cartões de afinidade e campanhas de arrecadação de

recursos junto ao público em geral. Essas iniciativas ainda estão iniciando no Brasil, mas esse talvez seja o caminho que levará a independência financeira e política das organizações da sociedade civil.

A Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG) publicou um artigo intitulado: “Tudo que você precisa saber antes de escrever sobre ONGS” (ABONG, 2016). Nessa publicação, afirma-se que dentre as 290 mil organizações existentes no Brasil, apenas 3,3% do total celebraram convênios com o Governo Federal. Afirma ainda, a pesquisa que apenas 0,5% do Orçamento Federal são destinados às entidades sem fins lucrativos, incluindo: hospitais, fundações e santas casas. De acordo com a publicação da ABONG, várias são as fontes: 54% dessas entidades recebem doações voluntárias de pessoas físicas e 45% recebem mensalidades de associados.

Outra pesquisa de 2015 do Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (CETIC), ligado ao Conselho Gestor da Internet, ouviu 3.546 gestores de organizações não governamentais do Brasil, entrevistados deixaram claro que a maior parte dos recursos dessas organizações é de mensalidades e doações voluntárias da sociedade civil.

As organizações da sociedade civil, embora não tenham fins econômicos, necessita de recursos para suas atividades. Neste sentido, existem diversas estratégias de mobilização de recursos que podem ser utilizadas pelas organizações. Além das formas habitualmente utilizadas, as instituições podem valer-se das doações dedutíveis do imposto de renda de pessoas físicas ou jurídicas, ainda pouco utilizada no Brasil.

No Brasil há duas categorias de organizações da sociedade civil em relação às fontes de financiamento, as que atuam sem receber nenhum tipo de recursos estatais. E as que recebem algum tipo de recurso estatal (federal, estadual ou municipal) e também de outras fontes. Dentre essas, os recursos governamentais, tem importância diferenciada para as receptivas organizações. Portanto, não são significativos, isto com base nas publicações da ABONG.

Para a realização da investigação, seguiu o código de ética de pesquisa, o uso da impessoalidade e formalidade na coleta de dados, bem como a fidedignidade no tratamento dos dados. Além de respeitar, as pesquisas relacionadas à temática.

2 METODOLOGIA

De acordo com Minayo (2008) a metodologia estabelece o caminho do pensamento e da prática utilizados para a abordagem da realidade com determinado objetivo. Envolve ainda, um conjunto de técnicas e concepções teóricas, bem como, o “sopro divino do potencial criativo do investigador” (Minayo, 2008, p. 16). Conforme Azevedo (2008) a evidência do referencial metodológico que se “navega” orienta o pesquisador na busca das fontes e das ferramentas auxiliares de sua pesquisa.

A ciência tem como intuito central atingir a veracidade dos fatos. O que faz o conhecimento científico distinto dos demais é que tem como característica necessária à sua verificabilidade. Segundo Gil (2002) um conhecimento, só é considerado científico, quando há possibilidade de identificar as operações mentais e técnicas da verificação dos fatos. Em síntese, quando é possível determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento.

Ainda de acordo com Gil (2002, p. 26) “método é o caminho para chegar a um determinado fim. E método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento”. As ciências sociais dispõem de variedade de métodos. O que foi adotado em nossa pesquisa foi o método indutivo. “De acordo com o raciocínio indutivo, a generalização não deve ser buscada aprioristicamente, mas constatada a partir da observação de um número de casos concretos suficientemente confirmadores da suposta realidade” Gil (2002 p. 29). Um exemplo claro da aplicação desse método é o dos cisnes: somente depois de se verificar os casos dos cisnes é que se pode emitir a conclusão a conclusão que todos os cisnes são brancos. Essa pesquisa caracteriza-se quanto à natureza dos dados como qualitativa; quanto aos objetivos como exploratória e descritiva e quanto aos procedimentos um estudo de caso. Segundo Minayo (2008), a pesquisa qualitativa é aquela capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais.

A abordagem qualitativa busca compreender o problema sobre a perspectiva dos sujeitos que o vivenciam, trabalhando seus significados, aspirações, valores, atitudes das ações e relações humanas, de forma que é enfatizado o contexto social no qual o indivíduo será inserido (POLIT; BECK, 2011).

Segundo Gil (2002) a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de populações e de fenômenos envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, como questionário e roteiros semiestruturados. Enquanto, a exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema. Muitos dos estudos de campo, bem como, de levantamentos, podem ser classificados nessa categoria.

Já para Fachin (2006) o estudo de caso é um estudo intensivo, leva em consideração, principalmente, a compreensão, como um todo, do assunto investigado. O Estudo foi realizado na organização da sociedade civil: Associação Cultural Pisada do Sertão na Cidade Poço José de Moura – PB.

3 RESULTADOS

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE POÇO JOSÉ DE MOURA – PB

De acordo com IBGE, Poço de José de Moura é uma cidade do Estado da Paraíba. Os habitantes se chamam pocenses. O município se estende por 101 km² e contava com 3.978 habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 39,4 habitantes por km² no território do município. Vizinho dos municípios de Triunfo, Catingueira e São João do Rio do Peixe, Poço de José de Moura se situa a 35 km ao Norte-Leste de Cajazeiras a maior cidade dos arredores.

3.2 ASSOCIAÇÃO CULTURAL PISADA DO SERTÃO –ACPS

A Associação Cultural Pisada do Sertão é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos que atua na zona urbana e rural do município de Poço de José de Moura e na região do alto sertão paraibano nas áreas de cultura, educação integral, educação ambiental, esporte educativo e assistência social.

Fundada em 2004 por jovens que construíram sua identidade sociocultural a partir de princípios de educação integral e na valorização dos saberes e fazeres familiares e comunitários com foco na promoção da cidadania, no desenvolvimento comunitário e na transformação social. Tem como missão promover a formação de

crianças, adolescentes e jovens por meio do desenvolvimento de ações socioeducativas e culturas visando seu desenvolvimento integral.

A instituição destaca-se em todo o cenário sertanejo e nordestino pela sua importância para a comunidade na qual atua, visto que já recebeu várias homenagens pela sua atuação na promoção de ações culturais diversificadas, criativas e inovadoras junto à comunidade.

3.3 SERVIÇOS OFERTADOS PELA ASSOCIAÇÃO CULTURAL PISADA DO SERTÃO

Associação Cultura Pisada do Sertão tem por finalidade prestar: atividades socioeducativas e culturais e formação cidadã, tais como: oficinas de esporte educativo; educomunicação; danças regionais, música; leitura, estudo dirigido (reforço); protagonismo e ludicidade. Além de eventos nesta natureza, campanha contra violação de direitos como: abuso e exploração sexual e trabalho infantil. Trabalhamos em sinergia com a família e com a escola a fim de contribuir com o fortalecimento dos vínculos familiares e melhoria do rendimento escolar.

Segundo a entrevistada a proposta da associação não é de tirar a criança, o adolescente e o jovem da ociosidade, mas contribuir com sua formação integral através de atividades socioeducativas que possa complementar o aprendizado da escola, melhorar a relação familiar e garantir seus direitos. Favorecer a esse público a oportunidade de ter novas vivências, aprendizado, a serem protagonistas de sua própria história e assim transformarem a realidade que vivem, fazendo de seu lugar, um lugar melhor para se viver.

4.4 QUANTIDADE DE PESSOAS ATENDIDAS PELA ACPS, DIFICULDADES PARA PRESTAR SEUS SERVIÇOS E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE DE SEUS USUÁRIOS

De acordo com a diretora da associação, a maior dificuldade para prestar seus serviços é a escassez de recursos financeiros, isso muitas vezes dificulta a execução do planejamento estratégico da Instituição. Em relação, a quantidade de pessoas atendidas são 250 entre crianças, adolescentes e jovens da zona urbana e rural do

município. Já em termos do nível de escolaridade desses usuários é fundamental, médio e educação infantil.

4.5 FONTES DE FINANCIAMENTO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL PISADA DO SERTÃO

Segundo a entrevistada no momento as ações e os projetos da Associação são financiados somente pelo Criança Esperança, Fundação Itaú Social e doação de pessoas físicas embora já tiveram patrocínio da Petrobras.

De acordo com as informações da diretora, verificamos que não existe certa dependência de recursos governamentais, por parte dessa instituição. Acreditamos que isso facilita as tomadas de decisões, sem prejudicar a missão da organização.

4.6 PRESTAÇÕES DE CONTAS DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL PISADA DO SERTÃO

A associação presta conta para os financiadores e para a sociedade dos recursos e das suas ações, isso pode ser verificar, no Espaço Transparência no portal da instituição. Esse espaço é destinado para compartilhar os balancetes, relatórios das atividades, reuniões, assembleias e outros.

Já em relação ao trabalho em rede das organizações do terceiro setor e do uso da internet a entrevistada relatou: o trabalho em parceria com outras organizações é uma forma de enriquecer as ações executadas de forma a complementar e inspirar novas possibilidades. É somando forças que nos fortalecemos na execução de um trabalho com excelência. Assim, temos organizações parceiras a nível municipal, regional e nacional, através dos intercâmbios, troca de experiências e realização de ações de forma conjunta.

A diretora deu ênfase que a internet é uma fonte de pesquisa e de comunicação acessível e que garante um impacto maior em questões de marketing e vendas de serviços. O trabalho com Edu comunicação utiliza da internet como fonte de pesquisa para produção de conhecimento e viabiliza as organizações da sociedade civil melhorar a qualidade de vida dos seus usuários.

5 DISCUSSÃO

Podemos identificar, duas linhas de análise sobre as organizações do terceiro, a primeira tese consiste em afirmar -- o terceiro setor é composto pela sociedade civil organizada e que sua gênese é alicerçada na tese de que nem o Estado, nem o mercado dão conta dos inúmeros problemas sociais. Por isso, a sociedade civil foi forçada a intervir na redução dos problemas sociais.

Para alguns defensores da primeira tese, como Manziane (2011) e Zarpelon (2002) existem três setores na sociedade, sendo o primeiro, o Estado; o segundo, as empresas privadas e o terceiro: as associações, institutos privados, fundações privadas, entidades de classe, dentre outras instituições privadas que não visam lucro que atuam na área social. Enquanto, as empresas visam lucros, as organizações não governamentais, não almejam lucros, mas o bem estar da sociedade civil, do público atendido por ela. Em síntese, são consideradas organizações privadas, mas com fim coletivo.

A segunda linha de análise, entende que o terceiro setor, é uma ideologia neoliberal, viabiliza a desregulamentação e redução do Estado na garantia de direitos sociais através das políticas sociais públicas, promovendo um novo direcionamento nas respostas às manifestações da questão social: essencialmente privado, por meio do mercado e das iniciativas da sociedade civil. Isto significa isentar e desresponsabilizar o Estado e o capital das sequelas da questão social.

A pesquisa teve como base a primeira linha de investigação, porquanto, entende-se que as organizações da sociedade civil são parceiras do Estado na elaboração e execução das políticas públicas.

6 CONCLUSÃO

A profissionalização das organizações da sociedade civil aconteceu na década de 1980, devido à ineficiência do Estado e do mercado na provisão de bens e serviços para sociedade. Nesse período, essas organizações buscam mais visibilidade. Deixando claro para os governos, sociedade civil: suas missões e razões de existência. Fica explícito para os gestores, que a única forma de sobrevivência é

passarem a atuar com eficiência e eficácia, envolvendo: colaboradores, fornecedores, inclusive fazendo a contabilidade de forma correta e prestando as contas de maneira transparente.

No Brasil existem dois tipos de organizações da sociedade civil em relação às fontes de financiamento, as que atuam sem receber nenhum tipo de recursos estatais. E as que recebem algum tipo de recurso estatal (federal, estadual ou municipal) e também de outras fontes. Isso com base nas publicações da Associação Brasileira das Organizações não Governamentais (ABONG).

Conforme a pesquisa da ABONG as 290 mil organizações existentes no Brasil, apenas 3,3% do total celebraram convênios com o Governo Federal. Afirma ainda, a pesquisa que apenas 0,5% do Orçamento Federal são destinados às entidades sem fins lucrativos, incluindo: hospitais, fundações e santas casas. De acordo com a publicação da ABONG, várias são as fontes: 54% dessas entidades recebem doações voluntárias de pessoas físicas e 45% recebem mensalidades de associados.

Conseguimos atingir o objetivo geral da pesquisa: analisar os serviços e as fontes de financiamento da Associação Cultural Pisada do Sertão.

Os serviços prestados as crianças, adolescentes e jovens melhoram a vida de seus usuários, principalmente os de baixa renda, através da inclusão social. De acordo com a entrevistada, as ações e os projetos da associação são financiados somente pelo Criança Esperança, Fundação Itaú Social e doação de pessoas físicas embora já tiveram patrocínio da Petrobras. Entendemos, então que não há dependência de recursos governamentais pela organização.

De acordo com a ABONG o Estado contribui para o financiamento das organizações não governamentais, mas os recursos não são significativos para manter o funcionamento dessas instituições. As mesmas buscam diversas fontes de recursos para manter suas atividades, isso ficou claro na situação da Associação Cultural Pisada do Sertão.

A pesquisa serve como incentivo a outros estudos acadêmicos, visto a temática ainda é pouca explorada nos cursos de administração, principalmente no interior do nordeste. Entendemos que as organizações da sociedade civil contribuem para o desenvolvimento socioeconômico da região, além de ser campo de trabalho para os bacharéis em administração.

REFERÊNCIAS

ABONG – Disponível em <http://www.abong.org.br> Acesso em 06/06/2018.

AZEVEDO, Carlos a Moreira. **Metodologia científica: contributos práticos para a elaboração de trabalhos académicos**. Lisboa/Portugal: Universidade Católica, 2008. Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação (CETIC)

BERNA, Vilmar. **O Joio e o trigo entre as ONGs**. Disponível em www.ecoterrabrasil.com.br Acesso em 10/10/2017.

BORGES, César. Desafios na construção de um marco legal das ONGs. In. **Seminário: marco legal das ONGs em debate no congresso nacional**. Disponível em <http://www2.abong.org.br/final/informes>. Acesso em 10/10/2018.

CAMARGO, Mariângela Franco. et al. **Gestão do terceiro setor no Brasil**. São Paulo: Futura, 2014.

CANELLO, Roberta. **O Papel das micropolíticas na renovação da política tradicional**. 2015. Disponível em <http://www.angelfire.com/sk>. Acesso em 10/01/2018.

DHnet DIREITOS HUMANOS NA INTERNET. Disponível em <http://www.dhnet.org.br> Acesso em 10/12/2017.

ESTRADA, Daniela. **Europa América Latina: ONGs garantem laços**. Disponível em www.mwgloba.org Acesso em 20/05/2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: 6 ed. Atlas, 2002.

GOUVEIA, Taciana. O papel das ONGs na cena política. In. **Seminário: marco legal das ONGs em debate no congresso nacional**. Disponível em <http://www2.abong.org.br/final/informes>. Acesso em 10/04/2018.

HADDAD, Sérgio. **ONGs e a cooperação internacional**. Disponível em <http://www.haddad.com.br> Acesso em 20/12/2013.

IAMAMOTO, Marilda e CARVALHO, Raul. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEAL, Maria Lucia. **As ONGs no enfrentamento da exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes**. Disponível em <http://www.geocities.com/projetopiracema/MarialucaiaLeal>. Acesso em 20/10/2018.

MANZIONE, Sydney. **Marketing para o terceiro setor**. São Paulo: Novatec, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social** (Org.) et al. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

OLIVEIRA, Miguel Darcy de. **ONGs, sociedade civil e terceiro setor em seu relacionamento com o Estado no Brasil**, 2012. Disponível em <http://www.rits.org.br>. Acesso em 10/01/2018.

PEREIRA, Luís Carlos Bresser. **A reforma do estado dos anos 90: lógica do mecanismo de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1998.

POLIT, D.; BECK, C. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática de enfermagem**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e o terceiro setor: criação de ONGs e estratégia de atuação**. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, Revelino Cardoso dos. **A Dependência de financiamento das organizações não governamentais de João Pessoa que atuam junto a infância e adolescência**. 2008. Dissertação e Mestrado (Departamento de Serviço Social) Universidade Federal da Paraíba.

ZARPELON, Sandra Regina. **ONGs e políticas sociais no Brasil na década de 90**. 2002. 182 f dissertação (mestrado em ciências política) – UNICAMP – Campinas – São Paulo.